

## METAS FISCAIS

# Dívida pública de FW reduz mais de R\$ 1 milhão

Com a diminuição das disponibilidades financeiras, o Resultado Nominal foi negativo no valor de R\$ 2.293.316,82

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Fiscalização e Controle do Orçamento (CDEFECO) do Poder Legislativo de Frederico Westphalen, promoveu no dia 26 de maio, mais uma Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do município. Os números são referentes ao primeiro quadrimestre de 2022 (1º de janeiro a 30 de abril). A audiência foi presidida pelo membro da CDEFECO, vereador Reginaldo Ambrósio Pellegrin, e contou com a participação do presidente do Conselho Municipal de Saúde, Adriano Reis.

Confira um resumo dos principais pontos avaliados pelos vereadores, de acordo com informações disponibilizadas pela assessoria de comunicação do Legislativo frederiquense:

## DESPESAS COM PESSOAL

Conforme Lei de Responsabilidade Fiscal, a verificação do limite para despesa de pessoal nos municípios com até 50 mil habitantes ocorre semestralmente. Portanto, a próxima divulgação do índice ocorrerá no mês de julho de 2022. Ao fim do 2º semestre de 2021, o total da despesa líquida com pessoal do Executivo foi de R\$ 47.047.788,11, o que corresponde a 44,04% da receita corrente líquida, que foi de R\$ 106.828.453,68, ficando assim abaixo do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, que é de 48,60% para emissão de alerta.

## DESPESA COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Totalizaram até o primeiro quadrimestre de 2022 o montante de R\$ 7.203.924,83, correspondendo a 21,66% da receita líquida sobre impostos e transferências, cumprindo-se o mínimo constitucional de 25%.

## GASTOS COM REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

A receita total do Fundeb, até o primeiro quadrimestre de 2022 foi de R\$ 6.106.087,93. A despesa com remuneração dos profissionais do magistério somou o valor de R\$ 5.246.171,48. Portanto, o gasto com a remuneração de professores do ensino fundamental e da educação infantil correspondeu a 85,92% da receita do Fundeb, cumprindo-se o mínimo constitucional que é de 70%.

## DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE

Gastos com saúde atingiram, até o primeiro quadrimestre de 2022, o montante de R\$ 8.712.157,58 o que corresponde a 26,19% da receita líquida sobre impostos e transferências, cumprindo-se o mínimo constitucional que é de 15%.

## DÍVIDA PÚBLICA

Ao fim do primeiro quadrimestre de 2022, a dívida consolidada ou fundada apresentou saldo líquido de R\$ 13.871.464,71, o que corresponde a 12,98% da Receita Corrente Líquida (RCL) no valor de R\$ 106.828.453,68, ficando, assim, aquém do limite estabelecido pela Resolução 43/01 do Senado Federal que é da 120% da RCL. No último quadrimestre do ano passado, a dívida consolidada estava em R\$ 14,8 milhões.

## RESULTADO NOMINAL

De acordo com a contadora da prefeitura, Jucilaine Borsatto, se considerada a despesa líquida e excluindo-se o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e Fundo de Assistência à Saúde dos Servidores Municipais (FASSM), o resultado Primário até o primeiro quadrimestre de 2022, registrou um superávit de R\$ 4.485.616,57, ou seja, as receitas primárias superaram as despesas primárias. "Ocorre que no primeiro quadrimestre há o ingresso da arrecadação do IPTU e do IPVA e as despesas de Educação iniciam o fluxo somente em março devido ao início das aulas", explica Jucilaine.

Já o Resultado Nominal foi negativo no valor de R\$ 2.293.316,82. "Este resultado se deve a diminuição das disponibilidades financeiras em relação à análise anterior. A dívida pública é composta de contratações de operações de crédito junto a instituições financeiras e também o registro contábil da previsão de juros e encargos. Estão considerados, também, parcelamentos de contribuições previdenciárias e sociais junto aos Fundos Municipais e com o INSS. As referidas dívidas estão parceladas e deverão ser pagas ao longo da vigência dos contratos de financiamento. Com base nos números apurados e nas análises efetuadas apontamos, portanto, para o cumprimento das metas estabelecidas e a consequente manutenção do equilíbrio fiscal do município no primeiro quadrimestre de 2022", conclui Jucilaine.



**Cesar Riboli**

Advogado e professor universitário  
criboli16@gmail.com

## Assalariado pode reclamar

Se alguém pode reclamar com todo o direito possível no Brasil é o assalariado, ou seja, que vive de salário mensal. Essa é a conclusão que se extrai dos estudos realizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Segundo os estudos, a inflação nos últimos quatro anos já corroeu quase um terço do valor aquisitivo dos salários, é a inflação real, aquela que todos nós sentimos ao realizarmos as compras diariamente.

O reajuste médio dos salários em todos os níveis e classes sociais, incluindo o salário mínimo, tem sido em percentuais abaixo da inflação, a continuar assim, a situação dos assalariados só tende a ficar ainda mais difícil.

Situação diferente daquela que vivem os assalariados é a de muitos setores privilegiados do nosso país. São tantos exemplos que podem ser aqui apresentados. O preço dos alimentos, todos eles, aumentou muito acima do aumento dos salários em geral, isso implica em perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

E os preços dos serviços públicos. Combustíveis, energia elétrica, gás, telefone, entre outros, subiram desproporcionalmente, impondo aos trabalhadores perdas mensais no poder de compra, sem precedentes. E o governo o que tem feito para proteger o assalariado? nada ou quase nada. Deixa para o mercado regular, o liberalismo que cuide do mercado, ele que se regule.

Acontece que os assalariados não tem poder de negociação para exigir e garantir reposição em seus ganhos na mesma proporção que os preços dos produtos têm sido reajustados. É nesses casos em que o governo precisa intervir na economia com seu poder regulamentador para assegurar que os preços dos bens e serviços não tenham aumentos, já que não é possível corrigir os salários.

A situação está difícil para os assalariados, mas não são somente os assalariados que estão com direito de reclamar. O pequeno e médio empresário estão na mesma situação. Com os frequentes aumentos dos produtos e serviços, eles não conseguem repassar os reajustes na totalidade porque as vendas diminuem, então fazem um esforço muito grande para repassar o mínimo possível de reajuste nos preços de seus produtos e serviços.

Diferente dos assalariados e dos pequenos empresários, alguns setores da economia vivem em berço esplêndido. Repassam os reajustes nos preços muito acima da inflação, seus ganhos só aumentam. Por isso quem já é abastado no Brasil, a cada dia está ficando mais rico e acumulado mais riqueza ainda. É o caso dos prestadores de serviços públicos, os grandes empresários e os grandes produtores do agronegócio que exportam em dólar.

Então, se alguém tem o direito, e todo o direito de reclamar no Brasil, atualmente são os assalariados, tanto os do setor privado (comércio, indústria e serviços) e os trabalhadores do setor público que estão vendo a cada dia diminuir seu poder aquisitivo já que não tem reajuste de salário na mesma proporção que os preços dos bens e produtos que consomem.



Assom: Câmara de PW/Divulgação

Sua vida é a  
nossa história